

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2021 a 30/06/2021

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/19

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-02/06/2021-
	CD	17:04
Publ.: DCD - 03/06/2021 - ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO vai orientar "sim". Entende que essa medida provisória é um balaio de mexidas tributárias para exonerar PIS/COFINS e *diesel*, mas isso gera um monte de distorções.

Sempre insistimos numa reforma tributária, e entendemos que essa medida provisória acaba gerando mais distorções ainda, mais confusão.

Lembro, Presidente, que, quando houver uma oportunidade, gostaria de falar pelo tempo de Líder do Partido Novo.

Documento 2/19

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-02/06/2021-
	CD	18:48
Publ.: DCD - 03/06/2021 - ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
	ORDEM DO DIA	

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, inicialmente, o NOVO orienta "sim" nesta matéria.

Gostaria de falar de um assunto muito importante, que o nobre Deputado Marcelo Ramos sempre menciona: o problema da regressividade do sistema tributário brasileiro, em que aquele que menos tem, o mais pobre, paga, proporcionalmente à sua renda, mais tributos do que o mais rico. Isso é uma realidade no nosso sistema tributário. Mas isso é causa ou consequência? Isso é consequência, consequência de um sistema tributário muito ruim, consequência de um sistema tributário que tributa muito mais os bens do que os serviços. E, pelo consumo natural, aqueles que têm menos consomem proporcionalmente muito mais bens do que serviços.

Quando começamos a olhar as regressividades, as discussões que nós temos nas várias Comissões... Será que acabamos com a regressividade tributando mais o IPVA de jatinhos, helicópteros e iates? Sim, com certeza. Mas isso não resolve o problema da regressividade, porque estamos falando em 4 bilhões de reais. Vamos tributar, então, as grandes fortunas? Essa é uma discussão muito comum aqui. Mas, quando observamos essa tentativa no mundo, vemos que ela tem falhado demais na Europa e nos Estados Unidos. E isso representaria mais ou menos 40 bilhões de reais por ano. Não iria resolver o problema do nosso sistema tributário. Vamos tributar lucros e dividendos? Isso também é discutido aqui. Olhemos, então, a carga tributária da empresa como um todo, as *corporate taxes*. O Brasil já paga mais tributos que qualquer outro país no mundo. As empresas já pagam 34% com o IRPJ e com a contribuição social sobre o lucro líquido. Portanto, não há espaço para se tributar mais isso.

Mas o que nós temos realmente de problema no sistema tributário brasileiro? O primeiro é esse equilíbrio que comentei entre bens e serviços. Isso, nas propostas apresentadas de uma alíquota única, já

se consegue resolver naturalmente. Também na relação entre tributação de renda e tributação sobre o consumo o Brasil tem uma distorção: tributa-se muito mais o consumo do que a renda.

Mas, quando se vê o perfil da renda brasileira, 95% da população ganha, em média, até 3.500 reais. Não dá para tributar apenas 5% da população e querer resolver o problema do sistema tributário.

A grande encrenca do sistema tributário brasileiro está nos 240 bilhões de reais de Custo Brasil no atual sistema, principalmente em cima dos tributos de consumo: PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS. Nós temos como missão - e a verdadeira reforma tributária é essa - mexer nesses tributos, e não em Imposto de Renda, que é aumento de carga tributária; e não em CPMF ou imposto sobre movimentação financeira, que também é aumento de carga tributária. Nós temos que mexer naquilo que gera a pior de todas as regressividades, o desemprego.

Quando vemos que o sistema tributário gera 5,4 trilhões de reais de contenciosos tributários, que há um Custo Brasil carregado, entre 240 e 280 bilhões de reais, percebemos por que as empresas quebram no Brasil: porque o sistema tributário é uma arapuca, é algo extremamente complicado, difícil, para poucos cidadãos. Ele gera ainda mais concentração de renda, pois só quem tem muito dinheiro consegue ter grandes advogados ou ter grandes recursos nos tribunais para evitar o pagamento de impostos.

O sistema tributário brasileiro tem que ser intuitivo, tem que ser simples, tem que ser acessível. E ele tem que parar de quebrar empresas, tem que começar a gerar emprego. Eu falo e repito que a reforma tributária é uma das reformas de maior impacto social que nós podemos fazer no Brasil, porque ela liberta as empresas, permitindo que elas foquem no seu negócio, elimina as zonas cinzentas, a insegurança jurídica, e gera emprego. Isso é o que nós mais desejamos.

Todos nós, Deputados Federais, somos responsáveis por fazer com que essa reforma avance e entregue ao Brasil um sistema tributário de padrão mundial. Temos que tirar todo esse custo das costas dos empresários e libertá-los, para que eles possam investir em suas empresas e gerar emprego. Não há nada mais regressivo do que o nosso sistema tributário.

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque de preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, em detrimento da Subemenda Substitutiva Global oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, como eu havia comentado, este destaque de preferência é para voltarmos ao texto original, que previa que o Regime Especial da Indústria Química - REIQ terminaria em alguns anos, dando um prazo maior para a indústria química poder absorver ganhos com a eliminação do Custo Brasil, com, por exemplo, a Nova Lei do Gás, com o transporte de cabotagem, a BR do Mar, que precisa ser aprovado, mas ainda não o foi. Infelizmente, o projeto de privatização da ELETROBRAS, que deveria poder dar uma melhorada na situação, a piorou, porque nós aprovamos um projeto ruim aqui; vamos ver se o Senado conserta isso.

O Regime Especial da Indústria Química é necessário para compensar um problema que nós não conseguimos resolver ainda. Portanto, a única intenção deste destaque de preferência é darmos fôlego, darmos espaço para a indústria química poder se adaptar adequadamente e ter os ganhos que trarão matérias que nós estamos aprovando nesta Casa, matérias importantes para essa indústria poder ganhar competitividade.

Presidente, um dos pontos mais importantes é inclusive a reforma tributária, para eliminar os penduricalhos. Essas coisas são ruins. Sabemos que o REIQ não é bom. Ninguém é a favor do REIQ. Mas temos que ter um sistema tributário também adequado, para poder ocorrer competição.

Então, vamos dar um tempo, vamos permitir que avancemos na eliminação do Custo Brasil. Assim, Presidente, sem problema nenhum, vamos eliminar a necessidade de alguns regimes especiais. E não há só o da indústria química, há o da indústria automobilística, o do

petróleo. Há um monte de regimes especiais: REPORTO, REPETRO. Há RE para tudo no Brasil, só que todo mundo que tem RE não está pagando a conta, quem está pagando a conta são outras indústrias.

Portanto, vamos colocar ordem em tudo isso, Presidente. Vamos aprovar uma boa reforma tributária e vamos eliminar o Custo Brasil. Assim, o Brasil não precisará de nenhuma proteção, seremos competitivos em relação ao resto do mundo. Nós temos sol, nós temos terra, nós temos mar, nós temos reservas minerais, nós temos todas as condições para competir. Nós só não podemos é nos atrapalhar, que é o que fazemos hoje.

É essa a orientação, Presidente.

Documento 4/19

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021- CD 19:32
Publ.: DCD - 03/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, em detrimento da Subemenda Substitutiva Global oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, primeiro, está ficando muito claro que, se nós votássemos sem açodamento, poderíamos fazer o melhor para o setor químico do País. Esta medida provisória vence apenas no dia 28 de junho. Portanto, temos todo o tempo para poder fazer esta votação com previsibilidade.

Em segundo lugar, Bolsonaro realmente prejudica o setor de produção do País e o emprego - já são 15 milhões de desempregados - e ainda congela salários. Então, além de não querer estimular os setores industriais, ele congela salários. O único que tem aumento salarial é

ele, porque ele está acima do teto. Então, esse é o debate que nós temos que fazer.

O extrateto tem que ser votado, e a votação da reforma tributária tem que pegar o andar de cima, o dos ricos, o que nunca ocorre no Brasil, tem que ser progressiva. Esse é o debate que nós temos que fazer.

Por isso, queremos retornar ao PLV. Votamos "sim", para ajudar o setor.

Documento 5/19

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021- CD 20:04
Publ.: DCD - 03/06/2021 - EDUARDO CURY-PSDB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da manutenção de incentivos regionais. Necessidade de realização da reforma tributária para desoneração da cadeia produtiva e do consumo, e enfrentamento do desafio da tributação sobre a renda.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu vou usar metade do tempo, Sr. Presidente. Quero só colocar aqui uma argumentação.

Incentivos foram demonizados, e eles são positivos numa sociedade, para a construção do País sob determinadas especificações. Cito, por exemplo, o incentivo regional, de que muita gente fala contra, mas que eu defendo, mesmo o meu Estado não sendo beneficiário. Se um Estado tem uma vocação nascente, você cria um incentivo para que ele, durante determinado tempo, possa montar escolas de formação de mão de obra, criar toda uma estrutura logística e uma cadeia de fornecedores e, depois de alguns anos, ao se retirar esse benefício, possa ter musculatura para que seja competitivo.

Outro tipo de incentivo tem a ver com o REIQ, não é um incentivo regional, é para competir externamente, com outros países. O Brasil não era competitivo porque a carga tributária no setor industrial é muito alta. Foi feito um estudo dizendo o seguinte: "*Olha, se nós reduzirmos um pouco, o Brasil consegue ser competitivo com o mundo externo, com outros países*". Ao retirar o REIQ, esse tipo de incentivo, na verdade, vai se fazer com que importemos uma série de insumos da indústria química e que hoje são produzidos no Brasil.

Não é verdade que não se paga nenhum tipo de imposto. Paga-se. Ao retirar o REIQ, nós não vamos pagar mais nada, porque esse tipo de investimento vai sair daqui. Então, é importante deixar claro que esse tipo de incentivo, enquanto nós não tivermos uma reforma tributária que desonere a cadeia produtiva e o consumo e possa enfrentar o desafio da tributação sobre a renda, ainda é necessário.

Fazemos um apelo para que o Governo enfrente o problema da reforma tributária e não escolha quem vai quebrar ou quem vai sobreviver.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 6/19

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-02/06/2021-
	CD	20:40
Publ.: DCD - 03/06/2021 - EDUARDO CURY-PSDB -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Mista, à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques. Defesa de realização da reforma tributária.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

A orientação é "sim", pelo acordo, reconhecendo o esforço do Relator e o seu esforço, Presidente, na última hora, para tentarmos uma medida alternativa que minimize impactos.

É importante dizer: nós estamos votando "sim" para salvar parte dos empregos do polo petroquímico na Bahia, que foi um investimento que o Brasil fez com grande esforço, durante décadas, para que se consolidasse no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, para que fosse competitivo em relação ao mundo externo - não é nem uma competição

interna. Parte do REIQ era para isso.

Então, nós vamos tentar salvar esses empregos - a medida do "sim" é para salvar parte desses empregos -, sabendo que no médio prazo nós vamos ter que enfrentar o problema na reforma tributária.

E vejo com muita tristeza o Governo, que fala numa reforma tributária, praticamente fazendo medidas paliativas, como esta MP, ou seja, remendos de reforma tributária. Se acreditasse numa reforma tributária e quisesse colocar o seu peso para enfrentarmos esse desafio, não precisaria desta medida provisória.

É "sim", pelo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 7/19

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021- CD 21:20
Publ.: DCD - 03/06/2021 - NILTO TATTO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Realização no País de manifestações contra o Presidente Jair Bolsonaro. Transcurso da Semana Nacional do Meio Ambiente. Desestruturação, pelo Governo Jair Bolsonaro, do arcabouço brasileiro de proteção ambiental. Investigação pela Polícia Federal do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por envolvimento em práticas criminosas. Ações promovidas pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva em defesa do meio ambiente. Repúdio à política antiambiental promovida pelo Governo Jair Bolsonaro. Realização de reforma tributária justa, solidária e sustentável. Imediata instalação pela Casa da CPI do Meio Ambiente.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Líder da nossa bancada, o companheiro Deputado Elvino Bohn Gass, por ter cedido o tempo de Liderança do PT para que eu pudesse fazer esta fala. Ela é direcionada aos colegas Parlamentares e também ao povo brasileiro, que hoje se manifesta no "Fora, Bolsonaro!", com panelaço, e sempre nos acompanha e

fiscaliza, por meio da *TV Câmara* e das redes sociais.

Estamos na Semana do Meio Ambiente. Muito se fala sobre o assunto. Historicamente, nessa semana, o Governo Federal anunciava uma série de medidas em defesa do meio ambiente, em especial para as populações tradicionais, que ajudam a conservar a rica e bela biodiversidade brasileira. Esta Casa priorizava votar leis de interesse do meio ambiente, do povo brasileiro, inclusive para as futuras gerações. Não é o que presenciamos hoje, nem por parte do Governo nem desta Casa.

Mas eu gostaria de trazer uma reflexão. Afinal, o que significa proteger o meio ambiente? Nós vivemos um momento no Brasil em que já ultrapassamos a linha do que podemos considerar como aceitável em termos de diferentes visões de mundo sobre política socioambiental.

Temos um Governo com uma visão antiambiental e antissocial, que usa a estrutura do Ministério do Meio Ambiente para destruir todas as regulamentações, leis e estruturas estatais com o objetivo de legalizar práticas criminosas e dar apoio a todo tipo de bandidagem que pretende ganhar dinheiro criminosamente, à custa das populações ribeirinhas, dos povos tradicionais, dos quilombolas, dos indígenas e dos nossos biomas, da nossa rica e bela sociobiodiversidade, que é o passaporte fundamental para um projeto de País justo e sustentável. E isso está em risco.

Temos no Brasil hoje, sentado na cadeira do Ministério do Meio Ambiente, um Ministro que está praticamente desaparecido há quase 2 semanas, tentando se livrar da Polícia Federal, que está na sua cola investigando práticas criminosas.

O Presidente Bolsonaro disse outro dia que quem estivesse insatisfeito com ele votasse no Lula em 2022. Eu acredito que a população precisa, sim, fazer esta comparação: o que tínhamos de políticas públicas voltadas para o povo antes e o que temos agora.

No tema meio ambiente, a diferença é absurda e gritante. Façamos um exercício de retomar o que foi feito no período dos Governos do PT. Houve queda de 79% no desmatamento da Amazônia em 2015, na comparação com 2004, ano da implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Atuamos decisivamente para a realização do Acordo de Paris, o maior acordo global sobre políticas climáticas. Criamos a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Viabilizamos o Fundo Amazônia, que trouxe mais de 1 bilhão de reais em recursos para a proteção das florestas e inclusão das comunidades. Criamos o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Fortalecemos as comunidades extrativistas e ribeirinhas. Ampliamos o acesso ao Programa Nacional de Alimentação

Escolar - PNAE e ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, sob a perspectiva de valorização do pequeno produtor, do agricultor familiar e de novos modelos de produção alimentar, inserindo-os economicamente com autonomia técnica e produtiva, além da criação de uma cultura livre da prática do uso de agrotóxico em massa e de práticas danosas de uso do solo implementadas pelo agronegócio expansionista. Foi o período do combate implacável à mineração em terras indígenas, das demarcações de terras e do diálogo com os povos tradicionais; da promulgação da Lei da Biodiversidade; da Política Nacional de Resíduos Sólidos, colocando o catador de materiais recicláveis no centro de uma política pública de governo. Foi o período de maior investimento em saneamento básico.

Citei apenas alguns exemplos, mas não quero falar apenas do passado. Uso o passado para falar do presente e projetar o futuro. Se antes tínhamos uma política ambiental, ainda que passível de críticas justas, hoje vemos o Ministério do Meio Ambiente como um entreposto de projetos de destruição ambiental. Fato inédito na história do Brasil, hoje o próprio Ministro é quem coordena as ações de favorecimento a criminosos ambientais. Não à toa ele está sendo investigado por conluíus com traficantes de madeira, por tentar prejudicar o trabalho de investigação da Polícia Federal e por enriquecimento ilícito.

É um Governo que, por sua política antiambiental, sofre a desconfiança de toda a comunidade internacional. Isso quando não é ridicularizado por seus delírios ideológicos, que já estão custando caro nas relações comerciais com parceiros importantes.

É o Governo que apresentou o menor orçamento ambiental dos últimos anos, que interrompeu programas ambientais, que acabou com o Fundo Amazônia, com as políticas climáticas; foi conivente com as queimadas do Pantanal; promove, lidera e incentiva o maior aumento percentual de desmatamento da história do Brasil desde que os índices de medição foram criados; acabou com todos os programas de apoio à agricultura familiar que fortaleciam a perspectiva agroecológica.

Bolsonaro e Salles são os típicos ecocidas, genocidas. São complacentes, serão cúmplices de criminosos ambientais que tentam implementar o mesmo *modus operandi* miliciano que a família Bolsonaro conhece bem, inclusive usando cargos de confiança com jagunços, para intimidar servidores do IBAMA e do ICMBio. E nada fizeram em apoio aos funcionários do ICMBio sequestrados por garimpeiros, nada fizeram contra quem atacou a aldeia ianomâmi e contra quem ateou fogo em uma aldeia mundurucu.

E agora eu refaço a pergunta: o que significa proteger o meio ambiente? E conclamo quem nos assiste a deixar de lado ranços ideológicos para pensarmos, juntos, em um País mais justo e

sustentável, assumindo a urgência do debate da transição ecológica como um desafio estratégico para frear e reverter o projeto de destruição ambiental e social do Governo Bolsonaro. Vamos trabalhar juntos em um eixo de grandes reformas socioambientais no Brasil: aprovar já o projeto de lei que apresentei que estabelece o PPCDAm como uma política de Estado permanente e moratória de 5 anos para o desmatamento da Amazônia; reverter o subsídio das cadeias produtivas de altas emissões de gases de efeito estufa para outras de baixas emissões; tributar as altas emissões de gases de efeito estufa.

Precisamos de uma reforma tributária justa, solidária e sustentável - e já está tramitando nesta Casa. Também é urgente que esta Casa instale uma CPI para apurar o desmonte ambiental, os crimes de Salles e companhia. Esta Casa precisa dar resposta ao clamor das ruas e ao pannelaço e apurar o desmonte ambiental do Governo Bolsonaro-Salles.

Não devemos esquecer nunca que o Brasil é um dos países mais injustos do planeta, economicamente e socialmente, mas também é um dos países mais ricos, pela sua diversidade biológica, pela sua diversidade étnica e cultural. Essa riqueza é o nosso passaporte para o futuro, futuro que não está muito longe.

Sabemos que precisamos fazer nossa parte para enfrentar a crise climática e, ao mesmo tempo, enfrentar a desigualdade. Reconstruir este País é necessário e urgente. As ruas, as pesquisas já estão dizendo o que o povo quer. O povo sabe o que quer novamente. O Brasil sabe que já teve um Governo melhor.

Vamos juntos derrotar o atraso representado pelo Governo Bolsonaro! Vamos juntos construir um País justo, soberano, inclusivo e sustentável!

Obrigado, Presidente.

Documento 8/19

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-14:24
Publ.: DCD - 09/06/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão do Supremo Tribunal Federal pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Modernização do Sistema Tribunal Nacional.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Luis Miranda, grande representante do povo do Distrito Federal aqui na Câmara dos Deputados que preside a sessão neste momento.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A decisão do Supremo Tribunal Federal foi corretíssima. O impacto nas contas do Governo da União será de 250 bilhões de reais. E quem pagou esse tributo que agora será devolvido? Foi o consumidor. Só que o consumidor vai ter que pagar isso de novo. Ele não vai receber de volta, porque quem vai receber essa diferença do tributo cobrado serão as empresas que entraram com as ações no Supremo Tribunal Federal. E o consumidor vai pagar de novo. Por que ele vai pagar de novo? Porque o Governo, para bancar os mesmos serviços que oferece ao cidadão, vai ter que ou aumentar outros tributos ou diminuir a qualidade ou a quantidade dos serviços entregues ao cidadão.

A ANEEL, Sr. Presidente, deliberou que essa diferença do tributo cobrado, a diferença de PIS e COFINS, terá que ser abatida nas tarifas de energia. Só que as outras empresas não farão da mesma forma. Por isso que o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira vão ter que pagar novamente por um tributo mal cobrado. E por que isso acontece? Porque o nosso sistema tributário, principalmente no que incide sobre o consumo, é muito complexo. Ele precisa ser modificado. Ele precisa ser modernizado. Mas aqui dentro desta Casa existem forças poderosas impedindo que isso venha a acontecer.

Olhem aí o prejuízo que o povo brasileiro está tendo. Isso vai aumentar as desigualdades sociais! Esses 250 bilhões de reais não vão para o cidadão simples. O cidadão que comprou arroz para comer todo dia foi quem pagou esse tributo, e esse dinheiro que ele pagou vai servir agora para enriquecer os donos de empresas.

E ainda existem Deputados aqui, Sr. Presidente, inclusive da Mesa Diretora, que não querem que façamos justiça tributária. Nós estamos tirando 250 bilhões de reais do pobre, do cidadão pobrezinho, e entregando esse dinheiro para os ricos. Com isso, nós estamos aumentando as desigualdades sociais.

Preste atenção, população! Veja quem está contra a reforma tributária! Não coloque esses Parlamentares de novo aqui! O grande trabalho que o eleitor pode fazer em 2022 é procurar saber quem o está enganando, quem está retirando dinheiro do povo, quem está piorando os serviços públicos em favor do enriquecimento de alguns empresários aqui no Brasil. Esses Deputados se elegem com a força do povo, mas aqui

defendem as empresas e os bancos.

Solicito que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 9/19

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-14:36
Publ.: DCD - 09/06/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação do Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, em audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano em conjunto com a Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, destinada ao debate do orçamento secreto, das desigualdades regionais e de outros temas pertinentes à Pasta. Reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo hoje à tribuna para dizer que recebemos o Ministro do Desenvolvimento Regional numa audiência conjunta da CTASP e da CDU, em que tratamos de temas muito caros para a sociedade brasileira: a diminuição da desigualdade entre regiões, habitação de interesse popular, saneamento, transporte, tudo o que diz respeito à integração, à quebra dos grilhões da desigualdade em nosso País. Mas também conversamos sobre o orçamento secreto, cujas trilhas vão dar majoritariamente no Ministério do Desenvolvimento Regional.

O orçamento secreto traz algo muito ruim para esta Casa, a Casa dos iguais. Mas há alguns que são mais iguais do que outros. Basta que estejam no jogo de apoio ao Governo Federal, que disse, até bem pouco tempo atrás, que não utilizaria a alavanca do "toma lá, dá cá" e que hoje está protagonizando, mais uma vez, essa situação deletéria para a nossa Casa. Observem que o TCU está com a lupa nesse processo. O silêncio desta Casa demonstra que nós não temos como responder objetivamente a essa questão.

Mas também é fato - e eu estava ouvindo o colega Deputado Hildo Rocha falando daquela tribuna - que todo o ajuste fiscal deste Governo recai exatamente nas parcelas que produzem em nossa sociedade,

muito mais naqueles que não são os ricos, e a justiça tributária se impõe. Observem que nós temos recursos suficientes, pelo menos, para garantir habitação, saneamento, como esforço público em nosso País, desde que façamos a reforma que deveria ter sido feita lá atrás, que pode trazer justiça tributária e acabar de vez com o sistema regressivo tributário brasileiro.

Documento 10/19

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:04
Publ.: DCD - 10/06/2021 - GENERAL PTERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Benefícios da regularização fundiária para os povos indígenas. Apresentação do Projeto de Lei nº 4.171, de 2020, sobre o registro de dados referentes à execução orçamentária e à movimentação financeira de recursos repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, do Governo Federal.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Quero aproveitar a fala do Deputado Capiberibe para dizer que esta regularização fundiária pode ser positiva para os povos indígenas, que, inclusive, se estão numa área que não foi regulamentada, que não foi regularizada, têm aí uma boa oportunidade de ter o título daquela terra.

Mas venho aqui hoje, Presidente, para falar sobre a reforma tributária. Eu, a toda hora, mostro aqui que o nosso problema é agregar a reforma tributária e o pacto federativo numa única proposta; que o nosso grande problema é a não emissão de nota, quer seja digital, quer seja presencial; e que a solução para isso é exatamente taxar a movimentação financeira. Sobre tudo que uma pessoa comprar, ela vai pagar 2,5%; sobre tudo que aquela empresa vender, vai pagar 2,5%; e não se tem que recolher mais nada. Distribui-se dentro de um pacto federativo.

E o que me traz aqui, sempre falando nesta parte, é o outro lado, agora, também. Nós distribuimos, dentro de um pacto federativo, 30% para a União - hoje são 63%; 30% para os Estados; 30% para os Municípios; e 10% para que o Congresso os destine às políticas de desigualdade, para a SUDAM, a SUDENE, a Zona Franca de Manaus.

Isso é fundamental.

Arrecadado este dinheiro, eu gostaria de chamar a atenção para a proposta que nós apresentamos, o Projeto de Lei nº 4.171, de 2020. Nós arrecadamos, temos todo um cuidado, e não verificamos onde está sendo gasto. O Governo Federal repassa um dinheiro para o Estado e para o Município e, quando o dinheiro entra lá, não sabe se ele foi empenhado, se foi liquidado, se foi usado, se não foi usado.

Qual é a solução para isso? É simples: o PL 4.171 propõe um SIAFI nacional. Esse projeto está na CTASP. Com o SIAFI nacional - e nós aprendendo a utilizá-lo - vai-se poder verificar o recurso que está naquele Município, que está na União, que está no Estado, que está naquele órgão, o que está ocorrendo com ele, vai-se permitir que isso seja fiscalizado, Presidente.

Nós precisamos estar atentos à arrecadação, mas precisamos estar atentos ao modo como esse dinheiro é gasto.

Presidente, solicito que meu pronunciamento conste do programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 11/19

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-16:28
Publ.: DCD - 10/06/2021 - DELEGADO MARCELO FREITAS-PSL -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização, pela Frente Parlamentar em Defesa do Setor de Serviços, de reunião para debate da reforma tributária. Imediata desoneração da folha de pagamento empresarial. Consolidação da Frente Parlamentar em Defesa da Desoneração da Folha de Pagamento.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de ontem foi realizada uma reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Setor de Serviços, liderada pelo eminente Deputado Laercio Oliveira, com a presença do Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, do Ministério da Economia, o Sr. Jorge Luiz de Lima, em que se tratou da importância da reforma tributária, tema vital,

de suma relevância para o crescimento de nossa economia.

O que observamos, Sr. Presidente? Que a desoneração da folha de pagamento é um dos temas centrais para que possamos, de fato, reencontrar o caminho do crescimento econômico. Nós já sabemos que a desoneração da folha de pagamento tem tido uma simpatia enorme do Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, e do nosso Governo Federal, encampada pelo nosso Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

É nesse sentido, Presidente, eminentes Deputados, que tivemos a liberdade de efetivar a Frente Parlamentar em Defesa da Desoneração da Folha de Pagamento. Essa frente já está consolidada. E, para aqueles Deputados que ainda não a assinaram, fica aqui aberto o nosso convite para que possam encampar essa discussão em defesa da desoneração da folha.

Nós sabemos que essa é uma matéria que pode garantir, mesmo em tempos de pandemia, o crescimento econômico do nosso País. O empresariado, que em outros tempos foi tratado como criminoso, agora recebe o seu valor, e, por esse motivo, nós devemos cuidar para que esse empresário possa ter um pouco mais de tranquilidade na contratação de pessoal, diminuindo sobremaneira os absurdos encargos que hoje recaem sobre a folha de pagamento.

Peço também, Sr. Presidente, eminentes Deputados, a contribuição da imprensa livre de nosso País.

O tema da desoneração da folha de pagamento não pode ficar relacionado exclusivamente à criação ou recriação de uma CPMF. Nós temos condições de pensar de forma mais ampla e propor uma solução madura com o apoio dos Srs. e das Sras. Parlamentares, sem prejuízo efetivo dos setores que cuidam do desenvolvimento econômico de nossa Nação.

Portanto, Sr. Presidente, desoneração da folha de pagamento já!

Muito obrigado.

Documento 12/19

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:56
Publ.: DCD - 11/06/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indicação do orador para a Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pela Câmara dos Deputados. Inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, a respeito da demarcação de terras indígenas.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero cumprimentá-la e cumprimentar todos os Deputados que acompanham a sessão na manhã do dia de hoje.

Quero dizer que agradeço a indicação do meu partido para fazer parte da Comissão Especial instalada ontem para debater a PEC 32, não sem antes deixar muito claro que eu considero absolutamente inadequado este debate num momento de pandemia, em que a prioridade do Brasil é salvar vidas. Nós lideramos tristemente as estatísticas de morte por coronavírus e estamos muito atrás no processo de vacinação.

Este, portanto, não seria um momento para se promover, como se está tentando promover, o desmonte do serviço público brasileiro. O que se quer é atacar o direito dos atuais servidores, reduzir as garantias que o serviço precisa para bem funcionar, como, por exemplo, na fiscalização ambiental, fragilizar as garantias dos servidores públicos e fragilizar os resultados, num momento também muito grave para o meio ambiente.

Nós temos hoje, na pauta da Câmara, o PL da Grilagem. Temos, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, um projeto de lei que tenta abrir as terras indígenas para exploração e destruição. Portanto, quando o Governo diz adotar o modelo gerencial para garantir a eficiência para o serviço público, na verdade o que nós precisamos entender é que ele quer acelerar o processo de desmonte do serviço público para permitir a destruição, afetando, ao mesmo tempo, os serviços públicos prestados.

É muito importante lembrar a todos que nos assistem que dois terços dos servidores públicos são da saúde e da educação. Nos Estados, quase metade do orçamento é gasto com o pagamento de pessoal da educação.

Como é que o gestor vai reduzir essas garantias e reduzir o investimento para o serviço público e querer que este País se desenvolva? Isto, simplesmente, não vai acontecer. Além disso, serão atingidos os servidores da saúde. Atingir os servidores da saúde no

momento de pandemia é de uma desumanidade sem tamanho!

Por isso, eu gostaria de colocar de maneira muito clara que, em nome do trabalho de excelência que é feito nas universidades públicas federais e estaduais do Brasil; em nome dos servidores da saúde, que hoje arriscam suas vidas para nos salvar; e em nome dos fiscais do meio ambiente, que são boicotados, amordaçados, que não têm concurso para sua área há quase 10 anos, nós vamos montar uma trincheira de luta contra a PEC 32.

E eu gostaria de falar especialmente dos servidores públicos do meu querido Estado do Amapá, um ex-Território federal, em que, portanto, nós temos muitos servidores federais, servidores estaduais e municipais: nós estaremos na Comissão Especial da PEC 32 para derrotar essa reforma. Nós acreditamos que é preciso votar a reforma tributária, botar os mais ricos para pagar imposto e garantir, com isso, melhores salários, melhores condições, melhores equipamentos para a saúde, para a educação e todas as demais áreas.

Sra. Presidente, eu peço que este meu pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação da Casa.

Documento 13/19

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:24
Publ.: DCD - 18/06/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma tributária.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta. É uma honra tê-la aqui conosco, a nossa Presidenta da Frente Parlamentar. Sendo eu um entusiasta daquela cultura americana, com todo o contexto que traz dessa amizade entre Brasil e Estados Unidos, é uma honra estar aqui sob sua Presidência. E é exatamente sobre isso que eu quero falar. Então, o contexto não poderia ser melhor, o enredo não poderia ser mais perfeito do que comparar aquele sistema tributário que fez o Luis Miranda ter 4 milhões de seguidores com o modelo tributário brasileiro e encontrar uma solução o quanto antes para que possamos dar dignidade ao povo brasileiro.

Este Parlamento todos os dias aprova propostas e proposições para

tentar encontrar soluções para o dia a dia do nosso povo. São soluções as mais diversas, desde o momento da pandemia que estamos vivendo, a vacina; soluções para os negócios que estão tendo dificuldades neste momento, e também para os empregos. Mas pouco se fala que todos os grandes países do mundo, em momentos de crise, aprovaram uma reforma tributária em prol da população. E que tipo de reforma tributária em prol da população? Aquela que dá poder de compra.

Falar de segurança pública, de educação, de saúde, isso é trivial.

Cabe falar de poder de compra. A pessoa recebe o salário e pode ir ao supermercado comprar o que qualquer outro, independentemente da faixa salarial, compraria de maneira básica, isso é poder de compra. Ela não tem que comer pouco para que sejam atendidas outras necessidades no lar. Um salário mínimo que dá dignidade, isso é possível fazer quando se desonera o consumo e se faz a redistribuição para outras áreas.

O *lobby* que por muitos anos imperou nesta Casa impediu que fizéssemos uma reforma justa, com retorno de lucros e dividendos. É uma vergonha, nunca deveriam ter acabado com isso. A "pejotização" desenfreada é o que mais vemos hoje, até nas empresas de limpeza e conservação. O pobrezinho que está ali precisando de emprego é obrigado a se "pejotizar", a abrir uma empresa no seu nome. Se não fizer isso, não consegue o emprego. A falta de lucros e dividendos trouxe danos colaterais, inclusive para a Previdência. É hora de fazer a correção.

O país que consideramos a maior potência econômica do mundo, os Estados Unidos, fez uma reforma recentemente, reduziu o imposto de renda de 35% para 21%. Eles entendem que, diminuindo o imposto de renda da pessoa jurídica, é possível que aumente o crescimento econômico da nação e que lucro das empresas seja reinvestido para que ocorra geração de empregos. Por que o Brasil não pode copiar essa ideia esplêndida e óbvia? Afinal de contas, o resultado já conhecemos. Lá, o desemprego caiu para 2,6%, o melhor índice dos últimos 50 anos. Nós queremos isso também no Brasil. É importante dizer isso.

Somente dando poder de compra, reduzindo a carga tributária para o setor produtivo, para o setor de serviços, para todos os setores que geram emprego no Brasil e promovendo uma redistribuição em favor daqueles que hoje pagam muito pouco é que teremos condição de ter um País digno de verdade. Garanto que a grande maioria dos problemas deste País será resolvida.

Estamos engajados, portanto, em aprovar uma reforma tributária.

Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Documento 14/19

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	17:56
---------	--	-------

Publ.: DCD - 23/06/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Pedido à Casa de apoio ao Projeto de Lei nº 1.509, de 2021, acerca da anistia de tributos federais mediante a dação de instalações e equipamentos destinados ao combate à Covid-19. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Impacto da propositura na redução da dívida pública brasileira e no controle dos índices inflacionários. Realização das reformas tributária e administrativa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, eu vou usar este tempo da Liderança da Maioria, primeiro, para explicar um pouco o projeto - e nós vamos entrar nele daqui a pouco, no voto -, mas, antes de qualquer coisa, para pedir a ajuda dos colegas para um dos projetos que eu apresentei à Casa, um dos projetos que dizem respeito ao combate à pandemia.

Sr. Presidente, há um projeto tramitando que basicamente faz uma troca, uma troca de impostos que já estão em dívida ativa por insumos e equipamentos que podem ser usados pelas entidades públicas de saúde, obviamente destinados pelo Ministério da Saúde, para levar esses equipamentos de combate à COVID, de tratamento da COVID, como respiradores, tomógrafos, ou insumos, como oxigênio, de maneira mais célere. É um jogo de ganha-ganha: ganha o Governo, uma vez que não está recebendo esses impostos, já que as empresas estão na dívida ativa, e ganham as empresas, que têm esses insumos e podem trocar pelos impostos.

Então, eu peço a ajuda, o auxílio de V.Exas., para que nós possamos, o mais rapidamente possível, aprovar este texto.

Em relação ao projeto, Sr. Presidente, como houve muitas dúvidas, conversando com Líder a Líder, com Deputado a Deputado, as dúvidas

foram sendo dirimidas. Mas o PL 3.877 é extremamente técnico. Então, ele carece de uma explicação, para tirarmos um pouquinho do economês e falarmos em português, porque o economês é um dialeto complexo.

Basicamente, este projeto tem um impacto gigantesco na redução da dívida pública brasileira. É um projeto que ajuda no controle da nossa inflação de maneira absolutamente inteligente e eleva o Brasil de patamar quando o assunto é o nosso Banco Central. Ele coloca para o nosso Banco Central, no controle da liquidez do País, as mesmas regras, por exemplo, utilizadas pelo Banco Central americano, o FED, ou pelos bancos de países europeus.

Como funciona hoje? Para regular essa liquidez da economia e manter a nossa taxa SELIC, que é definida pelo COPOM, o Banco Central precisa de títulos. Ele não pode emitir títulos. Então, ele vai lá, bate à porta do Tesouro Nacional e diz: *"Tesouro, eu preciso de um tanto de dinheiro para poder manter a nossa taxa SELIC"*. Aí o Tesouro emite, através de papéis da dívida, esse tanto de dinheiro. Se, por exemplo, o Banco Central precisa de meio bilhão para manter a taxa de juros, segundo aquilo que foi definido pelo Conselho Monetário Nacional, muito bem, esse meio bilhão chega, mas chega em forma de títulos, que viram dívida.

E isso o FMI entende como dívida, porque o modelo é diferente dos utilizados em outros países do mundo. Então, nós precisamos modernizar isso. O Banco Central, para que de fato seja autônomo, precisa dessa modernização.

Quando os bancos privados não conseguem emprestar dinheiro, o que acontece com eles? Eles emprestam entre si e muitas vezes com juros, que podem ser até menores do que a SELIC, só que a SELIC é definida por esse comitê monetário. E vai de novo o Banco Central fazer um equilíbrio de pratos, esse malabarismo todo, para conseguir manter uma taxa já definida por um comitê.

Então, esse texto basicamente organiza essa operação. E a operação que existe hoje custa caro para o País por alguns motivos, entre eles o de ser uma operação antiga. O Banco Central faz uma operação de vender esses títulos do Tesouro com o compromisso de comprá-los. Por isso, é uma operação compromissada. Só que, nessa operação compromissada, nós temos esse problema da dívida.

Quando nós trouxermos a possibilidade de esses bancos privados colocarem esse empréstimo, esse dinheiro, esses depósitos dentro do Banco Central, a remuneração desse crédito vai ser SELIC para menos. Não há como ser SELIC para mais. Não há o menor sentido nisso. Como o Banco Central vai aplicar uma taxa acima da SELIC?

Não há lógica. Então, obviamente, vai haver um leilão, mas às avessas. Será um leilão em que o Banco Central vai dizer: "Se a taxa SELIC está 2%, eu pago 1,8%, 1,5%, 1%". Isso vai depender de quanto dinheiro está sobrando no mercado e não vai impactar a nossa dívida pública.

Para se ter uma ideia do tamanho do impacto que existe hoje na dívida pública brasileira com o modelo atual de operação comprometida, ele chega a 25% do PIB. É muito dinheiro. E isso poderia ser utilizado, obviamente, para que o Brasil, primeiro, tivesse uma dívida menor e, segundo, recuperasse alguns pontos na economia, como a redução do próprio Risco Brasil. Se nós temos uma dívida menor, se nós temos a possibilidade de redução de dívida, se nós temos uma operação mais inteligente dentro do Banco Central, se nós não estamos emitindo papel do Tesouro como dívida, é bom para o País. Então, lá fora, outros países já olhariam para o Brasil com um pouco mais de atenção.

Esse projeto veio do Senado. A Relatora Kátia Abreu disse, na defesa dela, que é um projeto muito mais importante do que a própria autonomia do Banco Central. Quando eu a ouvi falando, pensei: "A Senadora está exagerando. Como assim mais importante do que a autonomia do Banco Central?" E, de fato, o é, porque não há autonomia sem a aprovação desse texto, que terá impacto direto nas contas públicas.

Sr. Presidente, alguns Deputados também me disseram: "Mas esse texto pode ajudar muito as contas públicas brasileiras neste Governo". Não interessa o governo. O que interessa é que nós trabalhamos por este Governo, pelo próximo Governo e pelos próximos anos que virão, para que, de fato, nós possamos ajudar a controlar a dívida pública brasileira.

E quais serão os efeitos? Haverá uma melhor relação das instituições Banco Central e Tesouro Nacional, além da correção da distorção da dívida pública, que só existe no Brasil. Quando se trata de países emergentes para cima, vemos que isso só existe no Brasil. É uma rebimboca da parafuseta o que se inventou aqui. E diminuirá, como eu disse, o Risco Brasil, ao se reduzir a dívida pública.

Ao mesmo tempo, o Banco Central não precisa simplesmente tirar do cardápio essa operação compromissada. Ela vai estar lá, mas obviamente é muito mais inteligente, do ponto de vista do cuidado com o que é público e do combate à dívida pública, trabalhar com esse outro tipo de gerenciamento da liquidez. O Banco Central, com esse projeto, ganha um instrumento poderoso para cumprir o seu papel de fato, que é gerenciar a liquidez bancária.

Por isso, eu peço aqui a ajuda de todos em relação ao projeto. Eu sei

que o Governo é a favor. Esse projeto vem de um Senador da Oposição no Senado - lá houve uma composição entre Governo e Oposição. O texto foi bastante melhorado.

Para dirimir qualquer dúvida, eu estou à disposição de todos.

Lembro que, para que nós possamos atingir os objetivos que queremos nesta Casa e neste País, é necessário que avancemos. Não basta criar esses mecanismos para o Banco Central. Precisamos dar passos à frente em relação às reformas de que tanto precisamos: uma reforma tributária de verdade, não um arremedo de reforma; uma reforma administrativa de verdade, não um arremedo de reforma. Aí, sim, nós conseguiremos fazer com que o País caminhe para frente.

Dito isso, Presidente, eu fico à sua disposição. V.Exa. quer que eu já profira o voto ou aguarde um pouco?

Documento 15/19

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD 18:52	
Publ.: DCD - 23/06/2021 - ELIAS VAZ-PSB -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.234, de 2019, acerca do registro da transmissão direta, mediante ato oneroso, de bens imóveis vinculados à exploração do serviço de energia elétrica entre delegatárias. Realização da reforma tributária.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "sim".

Eu quero aproveitar este momento para fazer uma reflexão sobre a necessidade de avançarmos na discussão da reforma tributária.

Nesta semana, nós recebemos informações sobre a dívida de empresas que detêm concessão da exploração de serviço de telefonia no País. Nós temos hoje, na dívida ativa, reunindo as quatro empresas, Claro, Tim, Vivo... Essas empresas hoje respondem por uma dívida de 6 bilhões de reais! Isso é o que está na dívida ativa hoje. É um absurdo! Essas empresas têm concessão pública e, na hora em que cobram dos seus usuários, já recebem o equivalente ao pagamento de

impostos, mas não fazem o recolhimento. Isso é um grande absurdo!

Então, a reforma tributária é uma questão de justiça fiscal. Nós temos que acabar com essa farra. Inclusive, eu apresentei um projeto para que essas empresas só possam ter reajuste em suas tarifas quando tiverem em dia...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 16/19

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-16:00
Publ.: DCD - 24/06/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Sucesso da Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas. Repúdio à iniciativa do Ministro da Economia, Paulo Guedes, de extinção de benefícios tributários concedidos ao polo industrial. Vinculação entre a derrocada da política industrial brasileira, e a incapacidade de Paulo Guedes de redução do Custo Brasil e de realização da reforma tributária.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Câmara, eu quero fazer uma fala aqui direcionada, primeiro, ao meu povo, o povo do Amazonas, e, segundo, ao Ministro Paulo Guedes.

Eu recebi, há alguns dias, relatório da SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus que demonstra a pujança e o sucesso do mais exitoso modelo de desenvolvimento regional deste País.

O Polo Industrial de Manaus, em 2018, faturou 93 bilhões de reais; em 2019, 104 bilhões de reais; em 2020, em plena crise, 120 bilhões de reais; e, no primeiro trimestre deste ano, até março, período em que Manaus passou pela segunda onda da COVID, 35,66 bilhões de reais, o que projeta um faturamento para este ano de quase 150 bilhões de reais, 35% acima do faturamento do ano anterior. Esse mesmo Polo Industrial de Manaus totalizou, em média, nos 3 últimos anos, 101.946 empregos diretos e chegou agora, em março também, a exatos 101 mil operários empregados diretamente.

Tudo isso, Deputado Marcelo Freixo, acontece apesar de o Ministro Paulo Guedes ser inimigo declarado da Zona Franca de Manaus, inimigo declarado da indústria nacional, preconceituoso, desconhecedor da realidade do País e se aproveitar de reuniões internas com setores da indústria para chantagear a Zona Franca de Manaus com uma política de alteração do IPI.

O povo do Amazonas não permitirá essa trama que ora se dá por preconceito ideológico, político e econômico e por retaliação política por conta do que tem acontecido no Senado com o protagonismo dos Senadores do Amazonas.

Não, Ministro Paulo Guedes! Não foi a Zona Franca de Manaus que gerou o desastre da política industrial deste País. O que gerou o desastre da política industrial deste País foi a sua incapacidade de reduzir o Custo Brasil. O que gerou o desastre da política industrial deste País foi a política atabalhoada de desoneração do Imposto sobre Importação que o senhor aplicou na Câmara e na Secretaria de Comércio Exterior desse Ministério. O que gerou a frustração da indústria deste País foi a sua incapacidade de apresentar uma proposta de reforma tributária, foi o seu desejo de reonerar a folha de pagamento. Isso, sim, faz mal à indústria nacional, e não os...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 17/19

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/06/2021- CD	15:32
Publ.: DCD - 25/06/2021 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Matéria de autoria do jornalista Douglas Gravas, a respeito da emigração de profissionais qualificados do País. Aniquilamento, pelo Governo Jair Bolsonaro, da agenda em defesa da liberdade, contra a corrupção e pela transformação do Brasil. Estabelecimento de aliança entre petistas e bolsonaristas para abrandamento da Lei de Improbidade Administrativa, indicação do ex-Deputado José Dirceu à Procuradoria-Geral da República e do Juiz Kassio Nunes ao Supremo Tribunal Federal. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas contra a Covid-19. Insatisfação com a proposta governamental de reforma administrativa. Condição imposta pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, para redução da alíquota do Imposto de

Renda. Sequestro e abandono, pelo Governo Jair Bolsonaro, de pautas do povo brasileiro por um País melhor. Repúdio ao lulismo, ao bolsonarismo e ao totalitarismo, bem como à corrupção e ao autoritarismo da Esquerda ou da Direita. Defesa de retomada das rédeas da governança do Brasil e da condução do processo histórico de desenvolvimento socioeconômico, bem como do resgate da esperança do povo brasileiro em um País justo e desenvolvido.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita tristeza, leio matéria do jornalista Douglas Gavras que mostra que boa parte das mentes brasileiras, dos doutores, dos profissionais qualificados tem pedido visto permanente para morar em outros países.

O levantamento feito pelo jornalista mostra que, em 2019 e 2020, ao comparar com os anos de 2015 e 2016, houve um aumento de 135% nos pedidos de visto permanente para morar e trabalhar nos Estados Unidos. Quando comparamos com o resto do mundo, a soma das solicitações feitas por todas as nacionalidades teve uma queda, em 2020, de 13%.

As pessoas estão deixando de acreditar no nosso País. As pessoas estão deixando de trabalhar, de morar, estão abandonando o lugar onde foram criadas, onde têm a família, os amigos, onde moram as pessoas que elas amam, onde existe a cultura, a língua, a comida delas, onde há, enfim, tudo o que nós conhecemos para morar em outros países.

Eu lembro, Presidente, quando nós fomos às ruas em 2014, 2015, 2016 em defesa da liberdade, em defesa de um País melhor, de uma esperança que nos levava às ruas do combate à corrupção. Todas essas pautas foram absolutamente aniquiladas pelo bolsonarismo. Nem se sustenta mais o combate à corrupção. Agora há até petistas envolvidos em escândalo bolsonarista, no tratoração, recebendo tratores superfaturados, ou ainda na criação de empresas estatais. O PT sempre defendeu a aprovação da Lei de Abuso de Autoridade, mas nunca conseguiu, e o Bolsonaro conseguiu. Assistimos recentemente neste plenário a uma aliança entre petistas e bolsonaristas para aprovar o afrouxamento da Lei de Improbidade Administrativa. Há também alianças entre petistas e bolsonaristas para indicar um amigo de Zé Dirceu para a Procuradoria-Geral da República, para indicar Kassio Nunes para o Supremo Tribunal Federal, para criar junto com uma emenda do PSOL a figura do juiz de garantias e travar processos contra criminosos do País inteiro. Enfim, a agenda de combate à corrupção está andando para trás, está na marcha a ré.

A esperança que tínhamos num País melhor também foi destruída. É um Presidente, um Governo que se negou a adquirir vacinas e se dizia

preocupado com a economia. Poderíamos crescer 7,5% neste ano, segundo estudo da IBRE/FGV, e vamos crescer 5%, dos quais 3,6% serão mero efeito estatístico, não vão se reverter em benefício na prática, em consumo das famílias, em aumento da renda na ponta. A esperança que nos levou às ruas em 2014, 2015, 2016 está absolutamente destruída por um Governo que sequestrou as pautas daqueles que foram às ruas contra o Governo Dilma, que sequestrou a pauta daqueles que foram às eleições em 2018 contra os desmandos e contra o maior escândalo de corrupção da história do nosso País, para combater os Governos petistas, que sequestrou todas essas agendas, como a liberal, por exemplo.

Que liberalismo sobrou neste Governo? Ele envia uma reforma administrativa que mexe na ponta com o policial, com o professor, com o médico e não mexe com o juiz, com o promotor, com a elite do funcionalismo público e ainda faz Deputados da base bolsonarista não assinarem emenda de minha autoria para incluir todas as classes por pura birra. Independentemente se aquilo é bom ou é ruim para o País, boicotam a emenda simplesmente porque não é de alguém ligado ao Governo. Na reforma tributária, o Ministro da Economia faz chantagem ao dizer que vai tributar lucros e dividendos, mas que só vai abaixar o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica na mesma proporção se o Presidente Bolsonaro for reeleito.

Espere aí! Que tipo de liberalismo é esse que cria empresa estatal em momento de crise, que aumenta o próprio salário em momento de crise, supersalários, transforma o teto de 39 mil reais em piso para si mesmo e para os militares?

Todas as pautas que nos levaram a ter esperança no nosso País em 2014, 2015, 2016 foram sequestradas e abandonadas, e os nossos sonhos, destruídos, bem como a aspiração de termos finalmente uma voz de Direita, porque, depois do período de redemocratização, a Direita ficou maculada pelo período do golpe militar e da ditadura e se recuperava na redemocratização, combatendo os desmandos do PT. Essa Direita deveria agora mostrar como se faz um governo, como se dá liberdade ao cidadão para produzir e crescer e como ter um governo normal que saia do seu quintal.

Hoje, tudo que as pessoas querem é uma situação de normalidade, para parar de viver essa loucura, esse manicômio que estamos vivendo hoje - toda semana há uma crise nova, uma declaração nova, um escândalo novo. Isso faz com que as pessoas abandonem o nosso País, abandonem a esperança de continuar aqui trabalhando e lutando. Mas eu digo para todas essas pessoas que não percam as esperanças, não percam as esperanças porque nós somos a maioria. Nós que trabalhamos, estudamos, nos dedicamos, damos o nosso suor e o nosso sangue por este País somos a maioria. Nós que não

queremos nem Lula nem Bolsonaro, que não queremos totalitarismo, não queremos autoritarismo nem de Esquerda nem de Direita, não queremos corrupção nem de Esquerda nem de Direita, somos a maioria neste País e por isso devemos conduzi-lo.

Não devemos nos incomodar com uma minoria de corruptos, com uma minoria de quadrilheiros, como uma minoria de criminosos que sequestrou este País em nome de interesses privados, seja de Esquerda, seja de Direita. Nós devemos conduzir esse processo histórico de mudança do nosso País. Abrir mão e desdar o braço a torcer para a vitória dessa minoria corrupta e dessa minoria corporativista é aceitar a derrota, é aceitar que eles venceram, é aceitar que os canalhas tiveram superioridade e supremacia sobre a população, a grande população que trabalha, que produz, que é honesta e que se dedica a este País. Não podemos aceitar essa derrota. Não podemos aceitar esse escárnio. Não podemos aceitar o palco desse circo que nos faz de palhaço.

Nós devemos tomar as rédeas do Governo deste País. Nós devemos conduzir o processo histórico de retomada do crescimento do nosso País e de retomada da esperança. Não são os canalhas que vão nos expulsar daqui. Nós é que vamos incomodá-los e expulsá-los.

Obrigado, Presidente.

Documento 18/19

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:48
Publ.: DCD - 30/06/2021 - CLAUDIO CAJADO-PP -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa de retomada do crescimento econômico brasileiro, com geração de emprego e renda. Realização da reforma tributária.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna hoje para tratar de um assunto que eu considero fundamental, que é a reforma tributária.

Um importante período da vida macroeconômica nacional é o do pós-pandemia. Houve, ao longo de 1 ano e poucos meses, um forte combate à COVID-19, com consequências econômicas muito fortes, principalmente para alguns segmentos da economia nacional, como o setor de eventos, por exemplo. Neste momento, esperamos que a

vacinação caminhe, como está caminhando, e atinja a totalidade da população brasileira. É óbvio que, em poucos meses, haverá de acontecer a retomada do crescimento econômico, com geração de emprego e renda, com produtividade acelerada e crescimento do PIB e da economia brasileira.

No momento em que isso está a acontecer, vamos discutir a reforma tributária. Após uma análise rápida do texto que foi apresentado pelo Governo - posso falar como membro da equipe de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional -, penso que temos de ter muito cuidado. De acordo com esse texto, pode haver bitributações, de uma empresa para outra, quando forem direcionados os seus dividendos, e daí para a pessoa física, como também pode haver taxação muito alta em relação ao setor produtivo, indústria, agronegócio, agropecuária, em detrimento do mercado financeiro, que, num primeiro momento, pode ser beneficiado com tributos menores do que aqueles dos setores que produzem, já que se está falando em fazer com que haja uma taxação dos dividendos das empresas.

Então, nós temos que ter muito cuidado. A empresa que produz, que gera emprego, que gera renda e que dá lucro pode ter esse lucro reinvestido, e, a partir do momento em que o lucro passa, como dividendo, a ser taxado, isso pode ser retirado dessa produção, desses incentivos econômicos, o que hoje estamos vendo, sobretudo no agronegócio, que ultrapassou a indústria nacional em termos de produção, em termos de capacidade de alavancagem dos negócios, de renda e, sobretudo, de geração de riqueza.

Portanto, essa reforma tributária não pode aumentar a carga tributária, precisa simplificar os tributos, unificá-los, se for possível, e principalmente não taxar o setor produtivo.

Se tivermos de taxar a mais, que seja o que faz com que o mercado financeiro opere, e não o setor produtivo, porque isso vai claramente de encontro e de frente à retomada econômica no momento pós-pandêmico.

Por isso, Sr. Presidente, queria deixar minha posição. Espero que o conjunto da Casa siga neste caminho.

Documento 19/19

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/06/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 30/06/2021 - GENERAL PTERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 16, de 2021, do Poder Executivo, relativo à unificação das alíquotas do ICMS incidentes sobre combustíveis e outros derivados de petróleo. Apresentação pelo orador da Emenda nº 20, de 2019, à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, destinada à criação do imposto único nacional sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL e a base, cientes dessa alteração que vai estar no relatório, são favoráveis à urgência.

Eu aproveito a oportunidade para tornar a dizer que a proposta da Emenda nº 20, de 2019, solucionaria esse problema. Nós tínhamos um imposto de conhecimento de todos, bem nítido, e ainda tínhamos o pacto federativo com a seguinte definição desses impostos: 30% para a União; 30% para os Estados; 30% para os Municípios; e 10% para o Congresso destinar às políticas de desenvolvimento regional.

Obrigado, Presidente.
